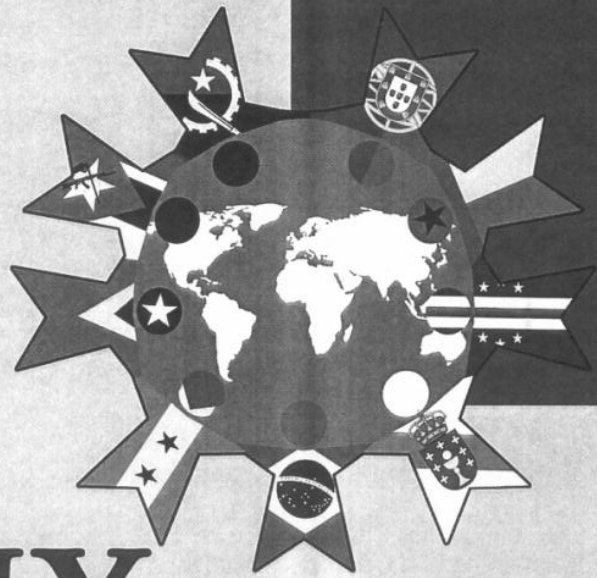


Lusofonia e Interculturalidade



IX LUSOCOM

Antonio Adami
Antonio Carlos Hohlfeldt
(orgs.)



Equipe Editorial e Dados Catalográficos

Editor geral

Antonio Adami

Projeto gráfico-editorial

Elaine Nogueira Dias

Logotipo do Evento

Daniel Servane Adami

IX LUSOCOM Lusofonia e Interculturalidade

Antonio Adami
Antonio Carlos Hohlfeldt
(orgs.)

São Paulo
INTERCOM
2012

Ficha Catalográfica

IX LUSOCOM: Lusofonia e Interculturalidade / organizadores: Antonio Adami, Antonio Hohlfeldt – São Paulo: INTERCOM, 2012.
1200 p.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-88537-91-0

Ciências da Comunicação - Congresso - Brasil. 2. Pesquisa em Comunicação. 3. Mercado e Comunicação. 4. Sociedade Digital. 5. Meios e História da Comunicação. I. Título. II. Adami, Antonio. III. Hohlfeldt, Antonio

CDD: 070

Alguns direitos reservados. Venda proibida

UMA HISTÓRIA NOS MÍDIA: NARRATIVAS SOBRE A CRISE DOS SISTEMAS FINANCEIROS

Luís Cunha³¹

Uma crise com a dimensão daquela que hoje se vive, não pode deixar de dizer respeito a todos nós, justificando, pelo menos nessa medida, que também a partir das ciências sociais nos interessemos por ela. Não apenas porque afecta o nosso quotidiano, condicionando as escolhas que fazemos, mas também porque a sua natureza, notoriamente multidimensional, a subtrai a uma abordagem exclusivamente centrada na *ciência económica*. Dir-se-á que esta é uma evidência que não merece contestação, mas a verdade é que este extravasamento das fronteiras disciplinares nem sempre é aceite pacificamente, pelo contrário. Pode até dizer-se que se assiste ao contrário, já que o sentido do discurso dominante é o da exigência de uma demarcação do objecto, de forma a garantir aos *especialistas* uma espécie de monopólio da análise, da explicação e, sobretudo, da solução da crise. Esta tentativa de circunscrição da *palavra legítima* sobre a crise aos especialistas não diz respeito apenas às áreas científicas, nem sequer é aí que o seu peso é mais imperativo e eficaz. Uma expressão mais consolidada e *útil* do que afirmamos, manifesta-se na tentativa de minorar, tornar irrelevante ou mesmo nefasto o debate político sobre o tema. Adiante voltarei a esta questão, mas por agora compre convocar os argumentos com que se procura legitimar o fechamento do campo. Um aspeto objetivo prende-se com a sofisticação técnica, quer de muitos dos instrumentos financeiros que ajudam a explicar a crise

³¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Centro em Rede de Investigação de Antropologia (CRIA):

(*swaps, OTC, FRAs, exotic options*, etc.), quer dos critérios e procedimentos dos agentes económicos, como são os *mercados* ou as agências de notação financeira. Porém, para além de uma efetiva sofisticação técnica, o denso hermetismo que à volta destas questões se foi tecendo não pode ser acidental nem se justifica, apenas, por uma complexidade real. O seu efeito prático, é o de uma efetiva sacralização do campo, que o torna penetrável apenas aos oficiais legitimados pelo próprio campo. Este fechamento, que tem algo de autofágico, assume uma relevante importância na argumentação que pretendo desenvolver, pelo que a ele voltarei.

Voltando ao começo, pretendo argumentar, em primeiro lugar, que a atual crise³² interessa a todos nós, cientistas sociais, desde logo porque as suas implicações estão muito para lá dos modelos macroeconómicos que os especialistas têm a pretensão de explicar, mas sobretudo porque a estrutura narrativa que suporta a explicação e a terapia, se constitui e legitima no terreno das representações sociais. As implicações da crise, nomeadamente no que diz respeito às medidas propostas para a sua superação, encontram expressão na vida quotidiana dos cidadãos. Neste sentido, na medida em que qualquer crise económica é também política, os processos reformistas colocados em marcha não podem ser analisados apenas com base na sua suposta eficácia económica. Dizendo de outra forma, a gestão política da crise dialoga com o modo como as sociedades se pensam e organizam, os seja, como o modo como o homem se pensa enquanto ser social. Porém, quando os acordos sociais, implícitos ou explícitos, mas que foram resultado de décadas de ajustamento entre capital e trabalho, são repentinamente postos em causa, esse reajustamento é remetido e encapsulado na estrita esfera dessa mesma eficácia económica. O que importa discutir, a partir do *locus* das ciências sociais, é tanto o modo de composição da narrativa quanto as condições do seu sucesso. É

³² Convém clarificar que a *crise* de que aqui falamos é tanto a dos sistemas financeiros, tal como se manifestou em 2008, quanto a das dívidas soberanas que hoje marcam a atualidade da *eurolândia*. Em todo o caso, num tema como este, a dinâmica do processo é um variável que não pode deixar de ser tida em conta.

ainda uma forma de olhar o coração da crise, mas procurando fazê-lo a partir de uma focalização diferente da que é seguida por um especialista em finanças públicas.

Pode talvez dizer-se que, enquanto antropólogo, o meu entendimento da problemática económica sempre se fez por uma via menos ortodoxa, desde logo porque o confronto entre *relativismo* e *universalismo* não pôde deixar de estar presente e de ter uma função estruturante. Para o dizer de outra forma, a tradição disciplinar em que me insiro, estruturada como foi em torno da dicotomia fácil e pouco rigorosa da tradição/modernidade, acabou dando pouca atenção à economia das sociedades contemporâneas, circunscrevendo-se, quando muito, à *vida económica*, campo vasto, mas que não se cruza com a matriz analítica propriamente económica³³. O ponto de cruzamento mais evidente da reflexão antropológica com o debate económico decorre da discussão acerca da possibilidade de universalização de uma definição de economia, que para alguns apenas corresponde ao modelo económico capitalista. Se a definição da economia como a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos, permitia a ponte entre as sociedades *tradicionais* e *modernas*, a ela se contrapunha a ideia da intrínseca singularidade do modelo económico capitalista, situação que implicaria procurar o universal de uma outra forma. Não repisarei aqui os argumentos do debate³⁴, mas esta evocação da antropologia económica serve-me para trazer à liça uma figura cimeira desse debate, Karl Polanyi – historiador e economista que convoco, naturalmente, pelo mérito próprio, não deixando de lembrar, todavia, que se trata de um autor que tem sido bastante lembrado no âmbito da actual crise. A ele voltarei um pouco mais à frente neste trabalho.

³³ Neiburg (2007: 119) argumenta de modo semelhante, embora reportando-se, especificamente, à *moeda*.

³⁴ Debate antigo, que pode ser revisto em Burling (1974) no que diz respeito à primeira possibilidade, dita *formalista*, e em Démonio (1976) relativamente à proposta alternativa, dita *substantivista*.

Em todo o caso, importa guardar do debate que atravessou a antropologia económica, o confronto entre o *universal* e o *particular*. É esta a focalização que me interessa usar na abordagem da crise. Falar do que é *universal*, significa falar do que transcende o específico, o singular, ou seja, significa confrontar a ideia do que é *natural* com aquilo que é próprio de cada *cultura*³⁵ ou circunstancialismo histórico. A fé neoliberal no princípio de *laissez-faire* assenta, justamente, na *naturalização* de um modelo de interacção social, na verdade na fantasia de fazer da Economia uma ciência positiva, autónoma de considerações morais (Bento, 2011: 10). A forma como se explica a actual crise económica e se projectam as soluções que visam a sua superação, assentam na crença liberal de retorno ao *modelo natural* de mercado livre, do qual a actividade económica se havia desviado graças a uma “conspiração antiliberal” (Polanyi, 1944: 149). Desta forma, nesta tentativa de reflectir sobre a crise colocando-me fora da ciência económica, pretendo argumentar que i) estamos perante uma *narrativa* que ambiciona um efeito de *verdade*, ou seja, algo que é passível de ser contextualizado historicamente mas que ambiciona ser reconhecida como decorrente de uma ordem natural; ii) nas circunstâncias actuais, essa narrativa vem-se tornando notoriamente *hegemónica*; iii) entre os veículos privilegiados de consolidação dessa hegemonia, aos *mídia* desempenham um importante papel.

Não entrarei no debate económico, já o disse e renovo a intenção, prometendo manter-me nas suas margens ou interstícios. Ainda assim, é importante traçar aqui um breve viés sobre a história da Economia Política; um olhar retrospectivo sem outra ambição que a de perceber o carácter marcadamente ideológico da contraposição entre um modelo supostamente *natural*, o do *laissez-faire*, e a *artificialidade* de um outro, o da regulação da actividade

³⁵ Não é este o lugar para discutir o conceito de *cultura*. Basta dizer que recorro a ele num sentido estrito, atribuindo-lhe o valor de um substantivo, fazendo dele um operador que permite distinguir os grupos.

económica desde fora, nomeadamente a partir da esfera política formal. Contraposição ideológica ou, mais que isso, verdadeiro mito fundador do liberalismo económico e de todas as correntes neoliberais; enunciado que ambiciona legitimar-se como *verdade*, mesmo que a sua correspondência com a realidade seja mais que duvidosa. Isto mesmo defende Karl Polanyi, quando observa que “Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso” (Polanyi, 1944: 144). Nascido na década de 30 do século XIX, o liberalismo económico foi-se consolidando de forma constante, ainda que com alguns sobressaltos. As suas preposições apenas serão seriamente questionadas em resultado da Grande Depressão, já nos anos 30 do século XX. O refluxo a estas críticas, na verdade, não terá levado muito tempo a ocorrer, ainda que se tenha processado em várias etapas. Num primeiro momento, logo após a Segunda Guerra e sobretudo nos Estados Unidos, “a Economia sofreu uma profunda transformação que a levou do pluralismo à hegemonia de uma só corrente teórica” (Caldas, 2011: 114). A economia neoclássica, que assim nasceu, terá operado uma síntese de correntes que poucos economistas deixou de fora. Mais tarde, já na década de 1970, o consenso é quebrado, não tanto por uma fragmentação do campo, mas pela afirmação totalizante de uma linha específica, graças à influência adquirida pelos monetaristas e os novos clássicos da Escola de Chicago. Na década de 1990 o processo parece estar concluído: “A coligação teórica que acabou por dominar a academia nos Estados Unidos e na Europa é o que a *The Economist* toma como «Moderna Teoria Económica». É também o que o público toma por «Economia». Até há bem pouco tempo, o espaço mediático de opinião económica era integralmente ocupado por comentadores que, sendo múltiplos em número, exprimiam uma única opinião” (Caldas, 2011: 115).

Esta «Moderna Teoria Económica» reivindica o estatuto de ciência positiva, arrogando-se uma elevada capacidade de predição, através da utilização de modelos matemáticos complexos. Esta suposta capacidade de prever, conferir-lhe-ia, portanto, não só a faculdade de perceber a economia segundo os princípios do conhecimento positivo, mas também

a legitimidade para definir estratégias capazes de otimizar o seu funcionamento. Esta prometida otimização depende, no entanto, de uma série de opções políticas, nomeadamente políticas monetárias orientadas para metas de inflação baixas e estáveis. Esta condição não interfere, no entanto, com o princípio de base, exatamente o da não intervenção dos governos nos mercados. Este princípio é uma decorrência da fundação interacionista da economia política, que, em última instância, se sustenta na crença de uma espécie de egoísmo universal, ele próprio visto como consequência da acção racional. Uma leitura algo apressada de Adam Smith parece legitimar esta leitura, por exemplo quando se recorre a uma conhecida afirmação:

Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles (Smith, 1776: 95).

O princípio do egoísmo, na medida em que se supõe universal, legitimaria qualquer acção destinada a maximizar o proveito. Neste sentido, os instrumentos de engenharia financeira, responsáveis pela chamada “bolha especulativa”, que esteve na origem da crise de 2008, não só são legítimos, como devem ficar fora do escrutínio da intervenção política dos governos. Neste cruzamento entre uma tecnologia e uma filosofia, é aos profissionais da economia que cabe, então, a interpretação e intervenção legítimas, configurando um monopólio que ajuda a explicar porque razão “Nas sociedades capitalistas contemporâneas (...) quem causa uma dada crise tem normalmente poder para definir os seus termos e conseqüentemente para identificar, como únicas possíveis, as soluções que lhe permitem sobreviver à

crise e perpetuar o seu poder” (Santos, 2011: 15). Desta forma, como nota o mesmo autor, apesar da sua responsabilidade nesta crise concreta, Wall Street mostra-se cada vez mais forte e arrogante.

É uma ideia banal, esta de que a *verdade*, a *ordem social prescrita*, a definição da *acção conveniente*, etc., se sustentam em *discursos* mais ou menos eficazes e que estes discursos se estruturam em *narrativas* tendencialmente densas e persistentes. Menos banal e mais complexo é tentar compreender quais os mecanismos colocados em acção no processo, ou seja, como se chega a um *efeito de verdade*. Empreendimento ambicioso, tão ambicioso, deve reconhecer-se, que facilmente nos conduz ao fracasso. São inúmeros os planos de elaboração do discurso, uns formais outros informais; uns que apelam a representações populares e outros que se sustentam em saberes técnicos; uns que se vinculam a narrativas de longo alcance e outros que cavalgam epifenómenos de moda. Cumpre sublinhar, portanto, dois aspectos complementares. Por um lado, a importância de uma demarcação clara do que se pretende observar, mesmo sabendo que não é senão uma parte da realidade (e do processo) que assim convocamos. Por outro lado, é igualmente importante ter em conta a natureza verdadeiramente caleidoscópica que governa o discurso e ajuda a explicar eficácia diferenciada de cada enunciado. Se esta característica sugere dispersão, tem a seu favor uma ductilidade que contribui, por exemplo, para relativizar os juízos e os enunciados. Tentarei ilustrar esta ideia recorrendo, justamente, à crise económica.

O desenho do sistema monetário europeu, suscitou, desde o começo, dúvidas a economistas reputados, como Paul Krugman ou Robert Mundell (Castro, 2011: 97), nomeadamente devido à disparidade entre as economias dos diferentes países componentes da zona Euro. Esta desconfiança foi vencida por uma visão mais otimista, ou seja, pela

crença no poder nivelador do mercado. Dizendo de outra forma, podemos dizer que estas posições confrontam a ideia de funcionamento do sistema económico enquanto expressão de uma *natureza* (o mercado livre gera equilíbrio), com uma visão céptica, que sublinha a necessidade de realizar ajustamentos fora da estrita esfera de funcionamento dos mercados. Neste caso concreto, poder-se-ia dizer que a crise que afeta os países periféricos veio dar razão aos cépticos. A ductilidade e adaptabilidade a que me referi joga aqui o seu papel, de tal forma que os *princípios naturais* de funcionamento dos mercados não são postos em causa. Assim, recorre-se “a justificações ad hoc de carácter predominantemente moralista, tendentes a culpar o comportamento supostamente irresponsável dos consumidores e do Estado” (Castro, 2011: 97).

O argumento é simples mas falacioso: não é a *máquina* que falha mas quem opera com ela. Falacioso justamente pela ductilidade dos critérios que convoca, facto que se revela bastante evidente a propósito das considerações éticas ou morais, que são dispensadas por irrelevantes quando se trata de explicar como funciona uma economia de mercado, mas que são enunciadas em circunstâncias específicas, por exemplo quando se aponta o comportamento irresponsável dos consumidores ou quando se estigmatiza a escolha, racionalmente válida, de um agente que prefere permanecer desempregado do que ir trabalhar por uma retribuição semelhante à que afeere nessa condição. O que está em causa e deve ser sublinhado, são as modalidades de construção narrativa, os discursos que são ativados para o efeito e a lógica que encerram. Perceber-se-á, assim, que não estamos perante uma teoria fechada e validada pela sua coerência interna, mas antes perante um instrumento retórico, constituído por enunciados que se ajustam aos agentes e aos espaços de enunciação. Uma outra consequência desta condição é o jogo de espelhos permitido pela ambiguidade dos agentes, que tanto arbitram como intervêm como *players*. Por exemplo, a permeabilidade entre a pura teoria económica, desenvolvida no meio académico, e a economia real, faz-se através da criação de instrumentos financeiros

validados cientificamente, mas não experimentados fora do modelo teórico que os gerou – os *swaps* e outros instrumentos igualmente sofisticados e pouco compreensíveis ilustram essa permeabilidade.

Os jornais são apenas um dos instrumentos disponíveis para tentar perceber de que forma se posicionam os diferentes agentes na tentativa de produzir um sentido válido e convincente. Por outro lado, mesmo circunscrita a este média, a base documental em que basearei as minhas observações está ainda em construção, não sendo possível, neste momento, dar conta de mais que um fragmento de um todo que está identificado, mas ainda em processo de análise. Para esta ocasião³⁶, identificarei três momentos concretos na história da crise, tal como tem sido vivida em Portugal. O primeiro deles foi o momento de aprovação do chamado PEC 1 (Março 2010) – os Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC) constituem um instrumento instituído por ocasião do Pacto que fundou a União Económica e Monetária, mas que na verdade só recentemente se tornaram uma realidade presente para o cidadão comum, concretamente quando foi empregue de forma agressiva para tentar controlar o défice das contas públicas. O segundo momento que seleccionei foi a rejeição, no Parlamento, do chamado PEC IV, proposto em Março de 2011, e cuja reprovação conduziu à demissão do Governo em funções naquela altura. O terceiro momento, que é, afinal, um desenvolvimento do segundo, prende-se com o pedido de ajuda externa por parte do Governo demissionário (Abril de 2011). Nesta fase da investigação, e para esta ocasião, trabalhei apenas dois órgãos de comunicação social, um jornal diário, o *Público*, e o outro um semanário, *Expresso*. Ambos são considerados jornais de referência, muito embora o diário não seja líder de mercado no seu segmento.

³⁶ Este trabalho resulta de uma comunicação apresentada em agosto de 2011.

Julgo poder dizer-se que os jornais, tal como outros *mídia*, são, simultaneamente, veículos de transmissão de informação e produtores de opinião. Se uma notícia pode ser vista como a transmissão objectiva de um determinado evento, o Editorial de um jornal reflecte um posicionamento subjectivo, ainda que, na prática, esse posicionamento possa enformar o relevo dado a determinados eventos noticiosos. Para esta análise – que, insisto, é ainda fragmentária – parto da hipótese que a narrativa da crise – isto é, o modo como a chamada crise das dívidas soberanas, se torna num evento noticioso – tende a encontrar nos *mídia* um suporte que lhe dá coerência, dessa forma contribuindo para a aceitação da *história* que nos é contada. Complementarei esta hipótese de trabalho com uma outra, a de que a eficácia dos mecanismos narrativos envolvidos depende do bom uso de estruturas de significação reconhecíveis. Argumentarei, então, que, enquanto *estrutura*, a narrativa sobre a crise se aproxima do modelo de um romance clássico – define-se um enredo com conteúdo moral, evoca-se personagens que desempenham papéis de vilão ou de herói, postula-se um final apaziguador ou trágico...

Para a avaliação desta hipótese, pareceu-me adequado demarcar núcleos de sentido, procurando depois perceber de que forma eles se revelam no processo narrativo. Um desses núcleos de sentido é o da justificação das medidas restritivas impostas pelo Governo. Entre o PEC I e o PEC IV medeia apenas um ano³⁷, mas nota-se uma mudança de ênfase bastante notória na forma como um e outro são vistos nos jornais. Em relação ao primeiro, a líder da oposição diz que o Governo pôs o “país em tal situação que tornou inevitável o que é inaceitável” (*Público*, 24/3/2010), enquanto que Mário Soares, líder histórico do partido do governo, afirma que o PEC “foi o que podia ser”, não constituindo “uma afronta aos pobres” (*Público*, 24/3/2010). O Director do jornal *Expresso* assina uma nota onde dá destaque a esta consensualização: “há dois dias, o penúltimo da sua liderança do PSD [Ferreira Leite], salvou o país de uma tragédia... grega” e acrescenta: “O PEC é mau, mas neste momento derrubá-lo era muito pior” (*Expresso*,

³⁷ Embora o primeiro fosse um plano destinado ao triénio 2010-13, o agravamento da dívida pública obrigou à aprovação de dois outros PEC's ainda em 2010 – Junho e Outubro.

27/3/2010). A discussão do PEC IV foi feita em clima de maior dramatização. O PSD, então já com nova liderança, parecia determinado em não aprovar a proposta do Governo, mas a divergência política parece ser subarternizada por considerações técnicas decorrentes de uma eventual não aprovação do plano. Em Editorial, o jornal *Público* destaca o apelo do Ministro das Finanças a “um amplo entendimento político” (*Público*, 24/3/2011) e o *Expresso* acompanha-o, quando escolhe para título do seu Editorial “Enterrar a política, cuidar da dívida” (*Expresso*, 19/3/2011), indo ainda mais longe na edição seguinte, quando afirma, também em Editorial:

Pela urgência da situação, é fundamental que o Presidente da República obrigue os principais partidos a garantirem de forma clara que não põem em causa os objectivos do défice para 2011, 2012 e 2013. Qualquer dúvida sobre esta matéria é um passo para o desastre (*Expresso*, 26/3/2011).

Em alguns momentos, a imprensa parece quase uma caixa de ressonância dos posicionamentos que veiculam a visão dominante. Sucede assim no relato e análise jornalística desta crise, facto que me parece importante sublinhar, porque nesta vontade de suspensão do político está implícita uma assimetria estrutural nas representações da crise. Falo da assimetria entre a análise supostamente objectiva da situação, e que se traduz na ideia de inevitabilidade, e o debate político, visto como estéril e inútil. Os jornais que analisámos funcionam, na prática, como potenciadores desta visão, projectada como a única válida. Se olharmos as afirmações de algumas figuras relevantes, perceberemos melhor o que está em causa. Antevendo um chumbo do PEC IV, Jean-Claude Juncker, Presidente do Eurogrupo, afirmou: “é evidente que há compromissos que foram assumidos por Portugal e não podemos afastar-nos de compromissos assumidos” (*Público*, 22/3/2011). Quando o chumbo é consumado, Juncker é mais claro: “Todos os partidos políticos relevantes em Portugal sabem, e têm de saber, que somos muito exigentes quando se trata de cumprimento dos

objectivos e metas que definimos em comum” (*Público*, 26/3/2011). A redução da decisão política à constatação do inevitável, acentua-se mais tarde, já na altura da discussão da intervenção externa, por exemplo quando Oli Rehn, Comissário Europeu para os assuntos económicos, afirma: “Preferia não ter um diálogo na praça pública todos os dias com os líderes de Portugal, mesmo que estes possam apreciar muito”, e acrescenta, “Que se comece a trabalhar de forma calma e rápida evitando ter todos os dias um diálogo na praça pública” (*Público*, 10/4/2011). Na mesma edição do jornal, o destaque vai para um título que dá conta do aviso que teria sido feito na reunião dos ministros das finanças da zona euro: “Portugal não terá ajuda se partidos não se entenderem” (*Público*, 10/4/2011).

Um outro aspecto importante do modo como a crise é contada e explicada pelos jornais, tem a ver com a atribuição de responsabilidade pela mesma. Do ponto de vista narrativo é uma questão sensível, pois oscila entre a eficácia da personalização – por exemplo apontando José Sócrates como principal responsável, na crónica de José Manuel Fernandes, que durante muitos anos foi Director do jornal *Público* (*Público*, 8/4/2010) – e a culpabilização colectiva – por exemplo no Editorial do *Público*:

Todos somos responsáveis, quanto mais não seja por não termos sido capazes de ouvir os que insistiam na nudez de rei que apregoava o crescimento ilimitado ou denegriam os que avisavam para a irracionalidade dos hábitos que nos levaram a viver do crédito (*Público*, 7/4/2011).

A responsabilização mostra-se algo mais ambígua quando se aponta ao que fica entre estes dois extremos – por exemplo Angela Merkel, em Editorial do *Público* de 25/3/2010 ou mesmo o modelo político europeu (*Expresso*, 27/3/2010). Pese embora a responsabilização poder ser bastante abstrata, a personalização constitui um instrumento retórico importante na construção de uma narrativa convincente sobre a crise. Mais que importante, ela é essencial na

atribuição dos papéis que aproximam a narrativa da crise de um modelo romanesco. A chanceler alemã, desempenha, neste cenário, um papel de relevo. No Editorial intitulado “A estranha surdez de Angela Merkel”, são evocadas as declarações de Joshka Ficher, antigo vice-chanceler, que acusa a Alemanha de se fechar sobre si própria, em vez de liderar resolutamente a Europa (*Público*, 25/3/2010). Este apontar de dedo a Merkel sai reforçado no dia seguinte, quando o mesmo jornal publica um artigo de opinião de Ficher onde são detalhadas as suas críticas à liderança alemã (*Público*, 26/3/2010)³⁸.

As figuras políticas nacionais são igualmente importantes na *teia* retórica, sendo avaliadas nos editoriais dos jornais estudados. “Pedro Passos Coelho tropeça num dia normal”, intitula o *Público* (25/3/2010), dando conta das contradições do então líder da oposição e actual primeiro-ministro no que diz respeito à tributação do IVA. O efeito impressivo, aquele que vincula o leitor a uma determinada visão da crise, constrói-se através da colocação em cena das personagens e das acções. Um maniqueísmo simplista, que facilmente se encontra no discurso político, contagia a forma de contar a crise, privilegiando os tons fortes em detrimento das nuances. O valor do consenso e uma estratégia de dicotomização das posições relativas, ajuda a dar um sentido facilmente legível à narrativa, ou seja, a tornar a *história* numa *estória*. Concluirei ilustrando a importância das figuras públicas na encenação da narrativa com um exemplo concreto. Falo de uma iniciativa tomada pelo *Expresso* de promover um “Compromisso nacional”, nos termos do qual um conjunto de personalidades – três ex-presidentes, cinco reitores das maiores universidades, presidentes de fundações, etc. – apelam ao Presidente e principais partidos

para garantir a capacidade de execução de um plano de acção imediata, que permita assegurar a credibilidade externa e o regular financiamento da economia [e ainda] um compromisso entre os

³⁸ Esta centralidade de Merkel acentuou-se entretanto, vindo a polarizar, no início de 2012, muitas das críticas que se fazem às opções políticas baseadas no estrito controlo orçamental. O seu papel de vilão do enredo parece, por isso, ter-se acentuado.

principais partidos com o apoio do Presidente da República, no sentido de assegurar que o próximo governo será suportado por uma maioria inequívoca (*Expresso*, 9/4/2011).

O Editorial é entusiasta, sublinhando que

Textos como este só acontecem em momentos raros. (...) O mais importante, para o nosso futuro próximo e, acima de tudo, para o futuro de muitas gerações é que neste momento raro existe a capacidade de ultrapassar conflitos menores e criar consensos que permitam não perder a esperança (*Expresso*, 9/4/2011).

Pela transversalidade política das personalidades signatárias, que vão desde o sociólogo de esquerda Boaventura Sousa Santos e o social-democrata Pacheco Pereira, este documento permite o efeito retórico da unanimidade, constituindo, no balanço da crise, uma espécie de ponto de encontro entre a história de um acontecimento e a sua interpretação legítima. Não que seja o final do *romance* da crise, mas é seguramente uma pausa e um ponto de encontro no fluxo narrativo que nos envolve e convence.

Bibliografia citada

Bento, Vítor (2011), *Economia, Moral e Política*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Burling, Robbins (1974), "Théories de la maximisation et anthropologie économique", in Godelier, Maurice (org.), *Un Domaine Contesté: l'anthropologie économique*, Paris, École Pratique des Hautes Études & Mouton, pp. 96-121.

Caldas, José Castro (2011), "Esta Economia para quê?", in Reis, José e Rodrigues, *Portugal e a Europa em Crise*, Lisboa, Actual Editora.

Castro, João Pinto e (2011), "PIIGS versus FUKD: dilemas do pensamento económico contemporâneo", in Reis, José e Rodrigues, *Portugal e a Europa em Crise*, Lisboa, Actual Editora.

Démonio, Lucien (1976), "A problemática anglo-saxónica: economia política e antropologia", in Pouillon, François (dir.), *A Antropologia Económica (correntes e problemas)*, Lisboa, Edições 70, 1978, pp. 21-57.

Neiburg, Federico (2007), "As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro", *Mana*, 13 (1), pp. 119-151.

Polanyi, Karl (1944), *A Grande Transformação. As Origens da Nossa Época*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal. Ensaio Contra a Autoflagelação*, Coimbra, Almedina.

Smith, Adam (1776), *Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.